

Ortodoxia e liberalismo no Brasil contemporâneo: ideias, políticas e personagens

Orthodoxy and liberalism in contemporary Brazil: ideas, policies, and characters

*Raphael Castro Martins¹
Ivan Colangelo Salomão²*

Resumo

O liberalismo encontrou no Brasil uma realidade distinta daquela em que a ideologia surgiu, nos países europeus. A realidade escravocrata fez com que, no Brasil, o liberalismo fosse interpretado por um viés mais político durante o século XIX. A partir dos anos 1940, quando da criação da Fundação Getúlio Vargas, o liberalismo passou a apresentar um tratamento mais técnico e econômico. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo sistematizar o pensamento ortodoxo-liberal no Brasil do século XX por meio da atuação de três de seus principais veiculadores: Eugenio Gudin, Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen.

Palavras-chave: Liberalismo. Eugenio Gudin. Roberto Campos. Mario Henrique Simonsen.

Abstract

Liberalism in Brazil encountered a different reality from the one in which it raised in European countries. A slavery society made it be interpreted by a political bias during the nineteenth century. From the 1940s on, when the Getúlio Vargas Foundation was created, liberalism began to present a more technical and economic treatment. In this sense, this paper systematizes the orthodox-liberal thought during the twentieth-century in Brazil through three of its main authors: Eugenio Gudin, Roberto Campos, and Mario Henrique Simonsen.

Keywords: Liberalism. Eugenio Gudin. Roberto Campos. Mario Henrique Simonsen.

¹ Bacharel em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail*: rapahaelcm@gmail.com

² Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE/UFRGS). *E-mail*: ivansalomao@gmail.com

Se a política econômica levada a cabo no Brasil pós 1930 foi diretamente influenciada pelo arcabouço teórico cepalino, alguns dos principais economistas brasileiros do século XX não apenas àquela se opuseram, como defenderam teórica e politicamente, a adoção de um receituário liberal e ortodoxo. A Grande Depressão, porém, bem como a consequente ascensão do modelo fordista-keynesiano, minou a hegemonia do liberalismo no Brasil e no mundo. Nesse sentido, Bielschowsky (2004) afirma que os autores liberais brasileiros tiveram que adaptar suas teorias e aceitar, em algum grau, intervenção estatal reguladora.

Se interpretado no Brasil oitocentista por um viés político, o liberalismo passou a apresentar um tratamento mais teórico a partir dos anos 1940, quando da criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, órgão que viria a se tornar importante propagador de ideias econômicas liberais. Buscando contextualizar algumas de suas ideias basilares, este artigo tem por objetivo sistematizar o pensamento ortodoxo-liberal¹ no Brasil do século XX, por meio do pensamento e da atuação de três de seus principais veiculadores: Eugenio Gudin, Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen.

Conquanto não tenham logrado transformar as ideias e teorias por eles desenvolvidas em política pública propriamente dita, trata-se de três dos mais relevantes homens públicos brasileiros do século XX, cujas atuações, contraintuitivamente, sobressaíram-se durante a vigência de uma estratégia econômica heterodoxa: o nacional-desenvolvimentismo (1930-1980). Esta ressalva

¹ Faz-se fundamental ressaltar as diferenças conceituais entre **liberalismo** e **ortodoxia**. Conquanto sejam aqui utilizados como termos aparentemente substituíveis, o conceito de ortodoxia pode se aproximar do liberalismo nos termos empregados por Fonseca (2010, p. 425, grifo do autor): “liberalismo econômico pode ser entendido como as teorias e práticas de política econômica adotadas pelo *mainstream* [...] respaldado na máxima do *laissez-faire*.”

Se interpretado no Brasil oitocentista por um viés político, o liberalismo passou a apresentar um tratamento mais teórico a partir dos anos 1940.

corroborar a relevância do pensamento de tais autores, justificando a plausibilidade de um estudo a respeito dos fundamentos das respectivas ideias econômicas.

Um trabalho sobre a economia política ortodoxa-liberal vigente no período supradelimitado poderia abarcar diversos vetores. Optou-se, como instrumento metodológico neste artigo, analisar, em primeiro lugar, as principais contribuições de Eugenio Gudin, responsável pela criação do curso de Economia da FGV. A seguir, apresenta-se a complexidade da transição teórica de Roberto Campos, intelectual forjado no desenvolvimentismo, mas que abraçou a ortodoxia após passagens por diversos cargos públicos no Brasil e no exterior. Na quarta seção, expõem-se o pensamento e as principais contribuições teóricas de Mario Henrique Simonsen. Por fim, tecem-se as considerações finais.

1 Eugenio Gudin e o Monetarismo Tropical

Eugenio Gudin, nascido em 1886 no Rio de Janeiro, com formação em Engenharia e autodidata em Economia – além de ter sido ministro da

Fazenda por sete meses durante os governos Café Filho e Carlos Luz –, ficou conhecido pela criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Simão Lopes, fundador da instituição, em 1944², acreditava que Gudin era o único economista verdadeiramente respeitado no Brasil. Daí o convite para criar e administrar a escola de Economia, onde também criou a *Revista Brasileira de Economia*, a mais antiga publicação da área do país (D'ARAÚJO, 1999).

Eugenio Gudin publicou diversos artigos e livros relevantes para o estabelecimento da teoria econômica no Brasil, sendo *Princípios de economia monetária* e *O caso das nações subdesenvolvidas* os mais conhecidos. O debate travado com Roberto Simonsen, nos anos 1940, contudo, foi um dos episódios marcantes em sua trajetória. Conhecido como “a controvérsia do planejamento”, as réplicas aos trabalhos de Simonsen assinalavam a primazia por ele conferida ao livre-mercado como meio para superar a crise da década de 1930.

Diretamente influenciado pela experiência brasileira, Gudin utilizava-se da harmonia da natureza para embasar a sua estratégia liberal de desenvolvimento. No trabalho *O Caso das Nações Subdesenvolvidas*, o autor arrola elementos de viés fisiocrata para fundamentar sua argumentação: “não há como negar que o desenvolvimento econômico é primordialmente função do clima, dos recursos da natureza e do relevo do solo” (GUDIN, 1952, p. 31). O autor não defendia um “determinismo natural”, apenas sugeria que as condições dadas pela natureza balizam o esforço que cada país teria que empenhar para se desenvolver.

Convicto da impossibilidade de transposição de experiências históricas, Gudin reprovava os esforços

² Luiz Simão Lopes assumiu a presidência da Fundação Getúlio Vargas em 1944 e se manteve no cargo até 1992. Trata-se, portanto, de figura central na história da instituição, sendo grande responsável por moldar o seu viés teórico-intelectual.

Gudin dedicou-se majoritariamente a assuntos monetários.

empenhados pela CEPAL com vistas à formulação de uma estratégia de industrialização: “as equações são as mesmas; apenas os parâmetros variam” (GUDIN, 1952, p. 53). Nesse sentido, argumentava:

O que há a estudar são as características da economia dos países subdesenvolvidos, não só em conjunto, como de cada um separadamente, especialmente em relação à natureza da procura e da oferta de seus produtos de comércio internacional e respectivas elasticidades – preço e renda, aos efeitos reflexos vindos do exterior, a seu comportamento cíclico etc. e aos meios de promover a formação de capital e a melhoria de sua produtividade agrícola e industrial (GUDIN, 1952, p. 54).

No que respeita diretamente à sua contribuição para o desenvolvimento da teoria econômica, Gudin dedicou-se majoritariamente a assuntos monetários. Diante da ascensão do keynesianismo após a década de 1930, o autor dedicou um capítulo em sua principal obra, *Princípios de economia monetária*, ao que classificou como a “Teoria monetária subjetiva da preferência pela liquidez”. Sua crítica buscava atenuar a influência da chamada preferência pela liquidez sobre as taxas de juros.

Para Keynes (1985), não era suficiente saber qual parte da renda dos indivíduos seria reservada para o consumo futuro; além disso, o autor da *Teoria geral* preocupava-se com a forma na qual essas reservas se efetivariam: se líquida, disponível para ser gasta em qualquer momento, ou em aplicações passíveis de rentabilidade.

Assim, Keynes pressupunha que as taxas de juros são determinadas a partir da preferência que as pessoas têm por ativos líquidos, fato que ele considerava ser ignorado pelas teorias vigentes em sua época, as quais consideravam apenas a preferência intertemporal.

Essa última afirmação foi o mote das críticas oferecidas por Gudin (1979) ao arcabouço teórico keynesiano. Para o autor brasileiro, a preferência pela liquidez era amplamente conhecida e aceita por autores anteriores a Keynes. Segundo Gudin (1979), a ideia já estava exposta em obras como *The English Capital Market* (1921), de Frederick Lavington, e *Theory of Interest* (1930), de Irving Fisher. Gudin frisava que Lavington escrevera, quinze anos antes de Keynes, “a quantidade de recursos que se guarda em forma de moeda é tal que a satisfação que dela se aúfere, sob a forma de conveniência” (GUDIN, 1979, p. 67).

Segundo Gudin (1979), embora já se reconhecesse a preferência pela liquidez, tratava-se de um fundamento secundário, o qual, ao ser elevado por Keynes ao fulcro da determinação das taxas de juros, passou a ser superdimensionado pelos autores que se opunham aos preceitos clássicos da teoria monetária. Gudin creditava à decisão de abster-se do consumo e à geração de poupança dela decorrente a centralidade da formação dos juros. Apoiado no artigo *Alternative Theories of the Fate of Interest* (1937), de Dennis Robertson, apontava para a deficiência da argumentação keynesiana em não considerar tanto a conveniência marginal de reter dinheiro quanto a inconveniência marginal de não consumir para o estabelecimento da taxa de juros. Nesse sentido, a preferência pela liquidez explicaria, portanto, o motivo pelo qual o dinheiro é emprestado – supondo a disposição de o tomador pagar um prêmio por ele – mas não por que se paga esse prêmio, ponto fundamental de

que deveria ocupar a teoria monetária. Para Gudin (1979, p. 51), explica-se tal disposição por meio da esperança de se auferir lucros superiores aos juros, sendo estes, portanto, considerados um imposto sobre o lucro.

Além da participação na criação da FGV e de suas contribuições teóricas ao debate monetário, Gudin participou ativamente do debate público de sua época. Foi no referido debate com Roberto Simonsen, no âmbito do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, que sua prescrição de uma política econômica liberal foi mais bem apresentada.

Roberto Simonsen já expusera, em seu primeiro relatório, sua descrença na possibilidade de se lograr o desenvolvimento sustentado com base na atuação da iniciativa privada, somente. Para ele, a inevitável intervenção estatal deveria ser regulada por meio de um pacto social subscrito pelo Estado e pelas entidades de classe. Para Gudin (1952), Simonsen pertencia a uma corrente de pensadores encantada pela mística do “plano”, por ele ironizado como uma “solução mágica para todos os problemas”. Mágica, e portanto, ilusória e contraproducente, uma vez que resultava em óbices ainda mais complexos para serem sanados posteriormente. Ademais, alegava que este caminho não apenas agravava a realidade dos problemas nacionais, como também pavimentava itinerário rumo ao surgimento de regimes totalitários.

Eugenio Gudin refutava o “caminho curto” da intervenção do ente público e alinhava-se à corrente que defendia a gradativa incorporação da economia brasileira ao mercado mundial sob a luz dos preceitos das vantagens ricardianas de comércio internacional. Baseado no princípio de mercado equilibrado, o autor incentivava a inserção do país na nova redivisão econômica

internacional em aliança com o capital estrangeiro (BORGES, 2004, p. 32). Suas convicções não eliminavam todo e qualquer tipo de supervisão estatal. Ao governo deveria ser delegado o papel de cooperar com a iniciativa privada por meio da operacionalização de suas funções administrativas e legislativas básicas, a fim de garantir o bom funcionamento dos mercados. Ademais, deveria fazer prevalecer o regime de livre-concorrência, não podendo o ente público ceder ao favoritismo de certas empresas ou setores por conta da ilusão vendida pelo planejamento.

As atividades político-intelectuais de Gudin concentraram-se até meados dos anos 1960. O autor influenciou toda uma geração de economistas liberais brasileiros, suas convicções ortodoxas garantiram-lhe admiração e respeito até entre seus adversários. Um de seus principais seguidores foi Roberto Campos, que o considerava sua maior influência intelectual por ter o pensamento “mais moderno do que a vasta maioria dos economistas brasileiros” (BIDERMAN, COZAC, REGO, 1996, p. 37).

2 Roberto Campos: do Eclétismo ao Liberalismo

Roberto de Oliveira Campos, diplomata mato-grossense, nem sempre aderiu aos preceitos da economia clássica. Pós-graduado em Economia pela Universidade de Columbia, Campos ocupou diversos cargos públicos na primeira metade dos anos 1950, quando defendia a técnica do planejamento com vistas à industrialização da economia brasileira. Foi somente após deixar a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) que Campos passou a criticar as propostas da chamada “esquerda nacionalista” (BIELCHOWSKY, 2004).

A atuação de Campos, junto a Otávio Gouvêa de Bulhões, na formulação do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) – plano econômico do primeiro governo do regime militar –, solidificou sua concepção ortodoxa em matéria econômica. Dacanal (2015) define o projeto de Campos como desenvolvimentista, que parte da crença na eficiência da tecnocracia para intervir no domínio econômico de forma eficaz. Tratar-se-ia do PAEG a concretização do pensamento de Roberto Campos em sua primeira fase.

Até aquele momento, Campos demonstrava certo hibridismo teórico, uma vez que já se levantava contra o estruturalismo cepalino³, ao mesmo tempo em que negava o receituário ortodoxo sugerido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Tratava-se de um posicionamento, por ele mesmo definido, como plural: “Nessa controvérsia entre monetaristas e estruturalistas, respectivamente simbolizados pelo FMI e pela Cepal, eu me posiciono em igual distância dos dois polos, pois meu ponto de vista é bastante eclético” (CAMPOS apud BIELSCHOWSKY, 2004, p. 117).

Perez (1999) busca interpretar as vicissitudes pelas quais passou o pensamento econômico de Roberto Campos. Para o autor, Campos partiu da chamada “razão de Estado”, que não necessariamente se alinhava à esquerda nacionalista cepalina, para a “razão de mercado”, compartilhando a ideia de ineficiência imanente do Estado como alocador de recursos. De acordo com Perez (1999), os meandros dessa transição

³ Para os autores cepalinos, o combate ortodoxo ao processo inflacionário era inócuo, tendo como consequência somente a desaceleração do crescimento em países subdesenvolvidos. Para a CEPAL, as causas da inflação eram de origem estrutural, como os pontos de estrangulamento em certos setores e a falta de capacidade importadora.

não podem ser totalmente definidos; o que se pode atestar é que, de um posicionamento de difícil classificação taxonômica, Campos migrou de forma inequívoca para uma escola específica de pensamento econômico, a neoclássica.

No entanto, o autor levanta algumas hipóteses que concorrem para explicar a mudança. A mais relevante delas parece ter sido as experiências na gestão da política econômica. A descrença de Campos com a capacidade de o Estado operar as reformas necessárias para aumentar a qualidade de vida da população foi crescendo gradualmente à medida que endurecia o regime militar. Ao fim do governo Costa e Silva (1968), Roberto Campos deixou o Ministério do Planejamento já desacreditando que a redenção econômica viria por parte do planejamento estatal (PEREZ, 1999).

Foi durante o período em que ocupou a embaixada brasileira em Londres, nos anos de 1970, que o autor cristalizou suas convicções liberais. Os efeitos da crise econômica mundial e a impossibilidade de o arcabouço keynesiano explicá-la contribuíram para que Campos buscasse em outro ferramental teórico as respostas para a depressão que atingiria a economia internacional na década de 1980. A ascensão de novos regimes políticos – com a eleição de Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos –, alinhada à revolução teórica das expectativas racionais, exerceram influência direta sobre seu pensamento. O próprio Campos confirmou, em sua autobiografia, essa percepção: foi naquele momento que “me convenci da ineficácia das receitas trabalhistas de paternalismo governamental; convenci-me da inutilidade de ataques gradualistas à inflação; convenci-me das enormes desvantagens da estatização de empresas” (CAMPOS, 2004, p. 990).

Campos, durante todo seu mandato, defendeu a adoção de uma agenda de reformas liberais, as quais buscavam desconstruir o modelo intervencionista.

A partir de então, passou a receber influência direta de Friedrich Hayek⁴, autor que balizou suas ideias até o fim da vida. De acordo com Delfim Netto (2001), Campos teria lhe confessado tempos depois – em sessão da Câmara dos Deputados, para a qual ambos foram eleitos no início dos anos 1990 – que perdera “muito tempo com os economistas. Eu deveria ter aproveitado todo ele apenas estudando o Hayek!”.

Quando da eleição para o Senado, ainda nos anos 1980, Campos teceu, em seu discurso inaugural na tribuna da casa, um longo tributo ao liberalismo pioneiro de Eugênio Gudín. Durante todo seu mandato, defendeu a adoção de uma agenda de reformas liberais, as quais buscavam desconstruir o modelo intervencionista arquitetado pelo regime militar que ele próprio ajudara a erigir.

Uma das mais conhecidas polêmicas em que Campos se envolveu no Senado Federal dizia respeito à “Lei da Informática” (1984), que procurava regulamentar uma reserva de mercado

⁴ Economista da Escola Austríaca, cuja principal obra, *O Caminho da Servidão*, traça os motivos pelos quais uma sociedade democrática não seria compatível com uma economia centralizada e comandada pelo governo.

aos produtores nacionais. Roberto Campos propôs a livre entrada e saída de produtos de informática no país, justificando sua posição ao atestar que tais mecanismos de proteção não criam mercados mais eficientes nem ajudam a indústria nacional; criam apenas oligopólios e ineficiências.

No campo da educação, Roberto Campos defendeu propostas liberais para tornar mais eficientes as instituições de ensino brasileiras. Condizente com o que pregava o liberalismo, sugeriu a criação do vale-educação, criando um sistema em que seria financiado, mas não administrado pelo Estado. Subjazia seu projeto a ideia de que os vales confeririam liberdade aos estudantes, permitindo-lhes optar em qual instituição investiriam seus recursos, criando, assim, concorrência entre as escolas.

Do ponto de vista econômico propriamente dito, Roberto Campos envolveu-se diretamente no debate acerca do processo inflacionário da década de 1980. Discordando do componente puramente inercial da inflação, Campos reprovou as medidas contidas no Plano Cruzado. Para ele, a principal causa da escalada dos preços era o déficit público, diagnóstico condizente com o arcabouço ortodoxo. Segundo Campos (2004, p. 116), o plano, como implementado, acabou por gerar três deformações duradouras: a subcultura antiempresarial, a subcultura dirigista e a subcultura do calote.

Roberto Campos participou ativamente dos principais debates econômicos durante toda sua atuação política, mas não logrou transformar a maioria de suas propostas em políticas públicas efetivamente. Apesar da prolificidade de seus escritos, Campos não legou uma obra econômica, do ponto de vista teórico, nos moldes deixados por um de seus principais interlocutores intelectuais, o professor da FGV e Ministro da Fazenda Mario Henrique Simonsen.

3 As Contribuições Teóricas de Mario Henrique Simonsen

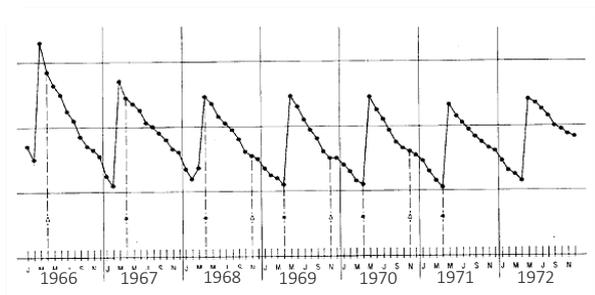
Mario Henrique Simonsen, nascido em 1935 na cidade do Rio de Janeiro, formou-se intelectualmente em uma época que já estava bem estabelecida a síntese neoclássica⁵. Talvez por conta dessa especificidade cronológica Simonsen não pode ser considerado um liberal ortodoxo clássico, como Gudin. Para este segundo, Simonsen “foi mais um keynesiano, moderadamente intervencionista, com uma posição eclética” (CAMPOS apud FARO; GATTO, 2001, p. 63). Simonsen, porém, também foi crítico ferrenho do pensamento cepalino, sendo definido por Faro e Gatto (2001, p. 198) não como um liberal clássico, mas “no sentido britânico, que acreditava na racionalidade das pessoas”.

Do ponto de vista teórico, as principais contribuições de Mario Henrique Simonsen para a ciência econômica foram: (i) a curva de Simonsen; (ii) a teoria dos determinantes inflacionários; (iii) a política de rendas; (iv) a regra do endividamento prudencial. Apresentar-se-ão, a seguir, os principais elementos desses quatro pontos.

A curva de Simonsen, desenvolvida no artigo *A experiência inflacionária do Brasil*, de 1964, elucida a relação dos salários reais em períodos de alta inflação. De acordo com o autor, o governo tenta retomar os salários reais anteriores, sendo essas tentativas recorrentemente frustradas pelos novos reajustes de preço. Essa relação pode ser exemplificada no GRÁF. 1, o qual demonstra o poder de compra real dos salários na região de São Paulo e Guanabara entre 1966 e 1972.

⁵ Paul Samuelson, em *Economics* (1955), afirma que os economistas, daquele momento em diante, deixaram de ser keynesianos ou antikeynesianos, tendo, a partir de então, trabalhado em favor de uma síntese entre as correntes.

GRÁFICO 1 – Variação real no valor do salário mínimo – SP e RJ (1966-1972)



FONTE: Hoffman (1973, p. 11)

Tal teoria foi aplicada no desenvolvimento da política salarial do PAEG. O plano erradicava a indexação plena da inflação, passando a utilizar o salário real médio dos 24 meses anteriores, multiplicado por um coeficiente que mensurava o aumento de produtividade, além de um fator de ajuste baseado na previsão de inflação futura. Ao incorporar esses fatores aos ajustes salariais, estabeleceu-se uma relação menos explosiva nos preços. Essa medida pode ser considerada ortodoxa se entendida como forma de privilegiar a estabilidade em detrimento da manutenção do nível de renda (BASTIAN, 2013, p. 149).

A teoria dos determinantes inflacionários, por sua vez, trata da interpretação alternativa às elaboradas anteriormente para o caso brasileiro. Os principais diagnósticos para a inflação, na época, eram os de cunho monetarista e a estruturalista. Para autores de inspiração estritamente monetarista, como Gudin, a explicação da inflação se dava somente por conta da emissão exagerada de moeda; já para os estruturalistas, o aumento dos preços decorria, sobretudo, de conflitos distributivos.

Na interpretação de Simonsen, primeiramente apresentada em seu livro *Inflação: gradualismo x tratamento de choque*, de 1970, foram apontados três fatores primordiais para a aceleração dos preços: inflação de oferta ou

autônoma, inflação de demanda e a inflação inercial determinada por um coeficiente de realimentação. Pode-se analisar o primeiro componente como uma inflação keynesiana de oferta, a segunda como uma inflação monetarista de demanda, a terceira como a contribuição de maior originalidade do autor.

Segundo o próprio Simonsen, a componente autônoma da inflação é aquela que não depende do período anterior, resultando, portanto, de reajustes salariais arbitrários ou altas sazonais de preços agrícolas. A inflação de demanda é aquela decorrente de aumentos da demanda não acompanhados proporcionalmente pela oferta. O componente de realimentação inflacionário, por sua vez, configura-se pela inflação dos períodos anteriores, como uma tentativa dos agentes de não terem sua renda corroída intertemporalmente. Nas palavras do autor:

Tal componente corresponde às altas de preços resultantes de reajustes salariais proporcionais ao aumento do custo de vida, às destinadas a reconstituir as margens de lucro das empresas e, de um modo geral, a todas as revisões de preços tornadas automáticas pela legislação sobre correção monetária (SIMONSEN, 1970, p. 127).

A inflação de demanda é aquela decorrente de aumentos da demanda não acompanhados proporcionalmente pela oferta.

As políticas de renda, por seu turno, são um ponto que distinguem claramente a posição de Simonsen dos outros dois autores supracitados, uma vez que envolvem controles de salário, câmbio e reforma monetária, aspectos não abordados por Gudin e Campos. A justificativa para essa posição mais intervencionista baseia-se nos efeitos recessivos de políticas anti-inflacionárias. Faz-se relevante frisar, também, que Simonsen considerava as políticas de controle condições necessárias, mas não suficientes, para um ajuste inflacionário que não prejudique o produto (RONCI, 1998).

A fim de não deixar o poder de decisão à arbitrariedade de qualquer *policy maker*, Simonsen colocou quatro ressalvas à aplicação das políticas de renda: (i) os preços devem ser estabelecidos em um nível próximo aos preços de mercado, pois valores diferentes levariam a escassez; (ii) as medidas devem ser aplicadas em mercados com oligopólios ou monopólios, pois estes têm maior tendência a aplicar reajustes de preço sequenciais e por isto são os maiores responsáveis pela espiral inflacionária; (iii) o congelamento de preços não pode ser efetivado em cenários que haja contratos com diferentes datas de ajuste, pois aqueles que tiverem seus salários programados para ajuste pós-congelamento terão poder de compra corroído, levando a desequilíbrio; e (iv) as políticas de renda não podem ser aplicadas sem que haja um ajuste fiscal, se não surgem pressões inflacionárias de demanda por conta do reestabelecimento do poder de compra que acompanha o congelamento de preços (CABELLO, 2012).

Já em relação à dívida externa, as regras do endividamento prudencial sugeridas por Simonsen suplantaram a ideia predominante até os anos 1960, a qual previa que os recursos fluíam para os menos desenvolvidos, equalizando os níveis de recursos ao redor do globo. Simonsen delegava

As políticas de renda não podem ser aplicadas sem que haja um ajuste fiscal.

a queda no fluxo de capitais rumo aos países em desenvolvimento à crise da dívida pela qual passaram essas economias a partir do início da década de 1980.

Em trabalho publicado com Werlang (1991), os autores analisam a dinâmica da dívida externa a partir da equação:

$$Z = (i - x) z + g,$$

em que: “z” é a relação entre a dívida líquida e exportações (derivada desta relação no tempo); “g” é a relação hiato de recursos/exportação; “i” a taxa média de juros sobre a dívida e “x” a taxa de crescimento das exportações. A dívida é definida como o endividamento externo menos as reservas, e o hiato como déficit em conta corrente, subtraídos os juros e investimentos diretos, somada, por fim, à exportação de capital.

Foi a partir das ideias e teorias aqui apresentadas que Simonsen erigiu suas propostas ortodoxas de desenvolvimento. Em paralelo, condizente com as premissas liberais em que se formara, considerava fundamental a formação de capital humano e, sobretudo, o aperfeiçoamento das instituições. Os sucessivos fracassos dos planos de estabilização heterodoxos dos anos 1980 era, para ele, o sinal mais claro da ausência

de uma institucionalidade robusta que impedisse mudanças discricionárias na condução da política pública, as quais resultavam em incertezas não condizentes com o bom funcionamento de economias de mercado.

Por fim, faz-se oportuno apresentar a crítica tecida por Mario Henrique Simonsen aos pressupostos das expectativas racionais. A síntese neoclássica, estrutura teórica de maior influência durante a formação intelectual de Simonsen, tinha como pressuposto a teoria das preferências adaptativas, ou seja, um arcabouço teórico em que os agentes tomam decisões futuras com base em eventos passados. Nos anos 1970, Robert Lucas e Thomas Sargent ofereceram novo entendimento acerca do comportamento dos agentes: a chamada escola das expectativas racionais passava a pressupor que os agentes possuem informações correntes suficientes para tomar decisões a partir destes, sem a necessidade de basear-se em eventos pretéritos. Essa (r)evolução teórica foi qualificada e, em algum grau, criticada por Mario Henrique Simonsen.

No artigo *Keynes versus expectativas racionais* (1986), Simonsen retratou a sociedade das expectativas racionais de modo que os economistas atuavam como leiloeiros walrasianos, homogeneizando as expectativas e as interpretações das informações por parte dos demais agentes. Essa uniformização das expectativas era, para Simonsen, uma impossibilidade empírica: “a hipótese central dos novos clássicos é a de que todos pensem como eles. É provável que Keynes, se ressuscitasse, dessas boas gargalhadas com tanta falta de acuidade psicológica” (SIMONSEN, 1986, p. 252).

O autor atesta que a teoria keynesiana, ao considerar a economia como um jogo não cooperativo com *pay-offs* desconhecidos, configura uma sociedade em que o participante médio escolhe uma estratégia de segurança e os agentes

do mercado financeiro se dedicam a descobrir o que os outros pensam. O problema dos agentes desse mercado financeiro keynesiano não existia para os novos clássicos e suas expectativas racionais, já que todos os agentes recebem as mesmas informações e reagem a elas da mesma maneira. Trata-se, pois, de uma hipótese de maior poder explicativo dos mercados especializados – como o acionário e o cambial – do que, por exemplo, o mercado de trabalho, já que a alegoria do “economista leiloeiro” soa mais factível para os primeiros do que para o segundo caso.

Considerações Finais

O liberalismo encontrou no Brasil um ambiente significativamente diferente daquele em que fora gestado. Se, do ponto de vista econômico, pode-se afirmar que o Brasil adotou, de fato, um modelo liberal, a realidade escravocrata não autorizava o estabelecimento pleno dessa ideologia no país. Fora de lugar, o liberalismo serviu aos interesses da elite rural, em primeiro lugar, e dos traficantes de escravos, em segundo, fração de classe de poder ascendente no início do século XIX.

A economia política liberal, no Brasil do século XX, suplantou o cunho político-filosófico que o caracterizou durante o período imperial e passou a apresentar um viés técnico-economicista a partir das contribuições de diversos economistas. Dentre estes, destacam-se os personagens analisados neste artigo. Homens públicos que ocuparam cargos na burocracia do governo central nos respectivos períodos de atuação, pregaram a redução da atividade estatal e a primazia do mercado como alocador mais eficiente dos recursos.

O primeiro deles, Eugenio Gudín, foi o responsável pela divulgação da teoria monetarista no Brasil. Defensor aguerrido do controle monetário como único meio de combate à inflação, criticou as políticas de cunho keynesiana que se ocupavam com a insuficiência de demanda efetiva para combater quedas temporárias do produto. Já Roberto Campos, intelectual forjado no desenvolvimentismo, afastou-se gradualmente desta ideologia para pregar o prejuízo da atividade estatal, bem como as vantagens do livre-mercado e da atividade privada. Por fim, Mario Henrique Simonsen, de posse de ferramental matemático robusto, é considerado o autor brasileiro que mais contribuiu para o desenvolvimento teórico da ciência econômica, ocupando-se de questões como inflação e endividamento externo, mormente.

Conquanto tenham assumido postos-chave na alta burocracia federal, os autores estudados neste artigo não lograram transformar suas ideias em política econômica. Apesar de medidas pontuais, sabe-se que, no Brasil, o liberalismo jamais se firmou como ideologia hegemônica. A inadaptabilidade dos preceitos liberais às instituições brasileiras (no sentido amplo do termo) recolocam a tese de Schwarz (1992) no centro da conjuntura brasileira atual. Brasil, país de histórica tradição escravocrata e patrimonialista.

Ainda assim, diversos de seus postulados foram utilizados para embasar a adoção de políticas as quais beneficiassem setores sociais dominantes. Empregado de forma seletiva, o liberalismo não logrou beneficiar o conjunto da sociedade brasileira como o fez em outras economias, enfrentando, até a contemporaneidade, resistências para suplantar o debate acadêmico e transformar-se em política pública.

- **Recebido em: abril de 2018**
- **Aprovado em: junho de 2018**

Referências

- BASTIAN, Eduardo F. O PAEG e o plano trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 139-166, jan./mar. 2013.
- BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe; REGO, José Márcio. **Conversas com economistas brasileiros**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1996.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BORGES, Maria Angélica. Gudin: neoliberalismo versus inserção internacional do Brasil. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 3, p. 31-58, abr. 2004.
- CABELLO, Andrea F. **As Contribuições à Macroeconomia de Mario Henrique Simonsen**. 2012. 195 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- CAMPOS, Roberto de O. **A lanterna na popa: memórias**. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.
- _____. Mario Simonsen, um matemático humanista. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 52, n. esp., p. 9-14, fev.1998.
- DACANAL, Pedro H. A conversão de Roberto Campos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 11., 2005, Vitória. **Anais...** Vitória, 2005.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. **Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- DELFIN NETTO, Antônio. Ok, Roberto Campos, você venceu! **Folha de São Paulo**, São Paulo, out. 2001.
- FARO, Luiz Cesar; GATTO, Coroliano. **Mario**. São Paulo: Sul America, 2001.
- GUDIN, Eugenio. O caso das nações subdesenvolvidas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 47-78, set. 1952.
- _____. **Princípios de Economia Monetária**. 9. ed. Rio De Janeiro: Agir, 1979.
- GUDIN, Eugenio; SIMONSEN, Roberto C. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. 3. ed. Brasília: Ipea, 2010.
- HOFFMAN, Rodolfo. Considerações sobre a evolução recente da distribuição da renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 7-17, out./dez. 1973.
- KEYNES, John M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- PEREZ, Reginaldo T. **O pensamento político de Roberto Campos: da razão de estado à razão de mercado (1950-1996)**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- RONCI, Marcio. Contribuição de Simonsen à economia política brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 52, n. esp., p. 137-145, fev. 1998.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992. p. 1-17.

SIMONSEN, Mário Henrique. **Inflação: gradualismo X tratamento de choque**. Rio de Janeiro: APEC, 1970.

_____. Keynes versus expectativas racionais. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, p. 251-262, ago. 1986.